

SUMÁRIO

1

A TEORIA GERAL DA PROVA NO PROCESSO DO TRABALHO	33
1.1. A prova como o coração do processo	33
1.2. A teoria geral da prova.....	34
1.3. Conceito, objeto e finalidade da prova	36
1.4. Regras de hermenêutica acerca da temática das provas	39
1.4.1. Regra um: prova-se o fato, não o direito	40
1.4.2. Regra dois: o ônus da prova é de quem alega o fato	43
1.4.3. Regra três: os fatos que independem de prova	43
1.5. Princípios específicos da teoria geral da prova	48
1.5.1. O princípio inquisitivo.....	50
1.5.2. O princípio da aquisição ou comunhão da prova	53
1.5.3. O princípio da unidade da prova	54
1.5.4. O princípio do convencimento motivado	55
1.5.5. O princípio da livre admissibilidade da prova	58
1.5.6. O princípio da proibição da prova ilícita.....	60
1.5.7. Princípios gerais do processo que se aplicam na teorização da prova	69
1.6. Meios de prova.....	70
1.6.1. Classificação dos meios de prova	72
1.6.2. Os 12 (doze) meios de prova, para fins didáticos	75
1.6.2.1. Depoimento pessoal (e interrogatório)	75
1.6.2.2. Confissão	76
1.6.2.3. Prova testemunhal	77
1.6.2.4. Prova documental	77
1.6.2.5. Prova pericial	79
1.6.2.6. Inspeção judicial	80
1.6.2.7. Presunções.....	81
1.6.2.8. Máximas de experiência	82

1.6.2.9. Prova emprestada	82
1.6.2.10. Ata notarial.....	83
1.6.2.11. Documentos eletrônicos	84
1.6.2.12. Provas digitais.....	84
1.7. Produção antecipada de provas.....	86
1.7.1. Medidas cautelares, exibição de documentos ou produção antecipada de provas?	87
1.7.2. A antecipação de provas no CPC de 2015: três situações	89
1.7.3. A produção antecipada de provas como ação probatória autônoma e os dilemas do processo do trabalho	93

2

TEMAS RECORRENTES A RESPEITO DE PROVAS, NO PROCESSO DO TRABALHO	99
2.1. Quanto ao ônus da prova	100
2.1.1. A teoria estática e a natureza jurídica dos fatos	100
2.1.2. Como trabalhar com os indícios e as presunções.....	103
2.1.3. É possível exigir a prova de fatos negativos?	105
2.1.4. Como identificar exceções substanciais para a inversão do ônus da prova	106
2.1.5. Em que momento requerer a inversão do ônus da prova	107
2.1.6. Como e quando requerer a inversão ou a distribuição dinâmica do ônus da prova.....	108
2.2. Quanto à prova pericial.....	109
2.2.1. Impossibilidade de realização da perícia	110
2.2.2. Quesitos iniciais e suplementares.....	111
2.2.3. Poderes do perito	112
2.2.4. Impugnação fática e técnica	112
2.2.5. Prova testemunhal contra o resultado do laudo.....	113
2.2.6. A segunda perícia	113
2.3. Quanto à prova documental	114
2.3.1. Quais documentos precisam ser juntados com a inicial?	115
2.3.2. Quais documentos precisam ser juntados com a contestação, a reconvenção e a réplica?.....	115
2.3.3. Requerimento de juntada x impugnação/preclusão	117
2.3.4. A força probante de declarações, cópias e prints.....	118
2.3.5. Como conseguir a juntada a título de contraprova	119
2.3.6. Como fazer impugnação formal sem necessidade de perícia	120
2.4. Quanto às provas digitais	121
2.4.1. O que pode ser considerado como prova digital	122
2.4.2. Qual a sua natureza jurídica.....	123
2.4.3. Quais os requisitos imprescindíveis da prova digital	125

2.4.4.	De quem é o ônus da prova nessa matéria?.....	127
2.4.5.	Cabe inversão do ônus da prova?.....	128
2.4.6.	E cabe distribuição dinâmica do ônus da prova?.....	129
2.5.	Quanto à prova oral	130
2.5.1.	Como conseguir a tomada do depoimento pessoal da parte contrária.....	131
2.5.2.	Como e quando requerer a declaração da confissão da outra parte.....	132
2.5.3.	Prova emprestada x direito à produção da prova oral direta.....	134
2.5.4.	Questões sobre convite, intimação e condução coercitiva das testemunhas	134
2.5.5.	A contraposição: cláusula de confidencialidade X dever de testemunhar	138
2.5.6.	Como e quando contraditar a testemunha da parte contrária..	140
2.5.7.	Questões sobre a incomunicabilidade das testemunhas.....	141
2.5.8.	Questões a respeito da acareação de testemunhas e da oitiva de testemunha referida.....	142

3

TEORIA GERAL DO ÔNUS DA PROVA	145
3.1. Noção de ônus da prova	145
3.2. Análise crítica da doutrina trabalhista	146
3.3. O iter proposto	150
3.3.1. O art. 374 do CPC/2015	151
3.3.2. O art. 375 do CPC/2015	154
3.3.3. Art. 373 do CPC: a definição do ônus da prova	156
3.3.4. A natureza dos fatos controvertidos.....	156
3.3.4.1. As regras objetivas de definição do ônus da prova	158
3.3.4.2. A doutrina dos fatos contrapostos	161
3.4. Momento da definição do ônus da prova.....	165
3.5. Ônus subjetivo e ônus objetivo – a questão da prova “dividida”	168
3.6. A inversão do ônus da prova	172
3.6.1. Princípios que autorizam a inversão do ônus da prova	176
3.6.2. O Código de Defesa e Proteção do Consumidor.....	178
3.6.3. Princípio da aptidão para a prova.....	180
3.7. Momento da inversão do ônus da prova	181
3.8. Síntese conclusiva até esta parte.....	185
3.9. A teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova	186
3.9.1. Aplicação dessa teoria no processo do trabalho	190
3.9.2. A lei da reforma trabalhista	192
3.10. Casuística sobre ônus da prova	195
3.10.1. Vínculo de emprego	196

3.10.2.	Acidente do trabalho.....	197
3.10.3.	Equiparação salarial.....	199
3.10.4.	Acúmulo e desvio de função.....	199
3.10.5.	Insalubridade e periculosidade.....	200
3.10.6.	Jornada de trabalho	200
3.10.7.	Justa causa	201
3.10.8.	Rescisão indireta.....	201
3.10.9.	Dano moral	202
3.10.10.	Assédio moral e sexual	202
3.10.11.	Responsabilidade do tomador de serviços	203
3.10.12.	Responsabilidade do ente público: a Lei n. 14.133/2021	204
3.10.13.	COVID-19	208
3.10.13.1.	A COVID-19 como doença “endêmica” – pandêmica.....	210
3.10.13.2.	A COVID-19 como doença do trabalho: ônus da prova.....	212
3.10.14.	Breves considerações sobre as provas digitais	215
3.10.15.	Últimas considerações sobre a casuística	217
3.11.	Súmulas do TST a respeito de presunções e ônus da prova	219
3.11.1.	Súmula n. 6, VIII.....	219
3.11.2.	Súmula n. 12	220
3.11.3.	Súmula n. 32	220
3.11.4.	Súmula n. 43	221
3.11.5.	Súmula n. 212	222
3.11.6.	Súmula n. 287	223
3.11.7.	Súmula n. 338.....	225
3.11.8.	Súmula n. 443: a Lei n. 14.289/2022.....	229
3.11.9.	Súmula n. 460.....	230
3.11.10.	Súmula n. 461	231
3.12.	Jurisprudência do TST a respeito da temática	233

4

A PROVA PERICIAL NO PROCESSO DO TRABALHO239

4.1.	Uma noção de prova pericial.....	239
4.2.	As inovações sobre a prova pericial no CPC de 2015	240
4.2.1.	Hipóteses de exigibilidade da perícia no CPC	242
4.2.2.	Hipóteses de dispensa da perícia no CPC	243
4.2.3.	Prova pericial indireta no CPC.....	246
4.3.	A perícia no processo do trabalho.....	247
4.3.1.	Perícia em caso de insalubridade	248

4.3.2.	Perícia em caso de periculosidade – hipóteses de desnecessidade	254
4.3.3.	Perícia em caso de doença ocupacional – perícia por fisioterapia do trabalho.....	260
4.3.4.	Perícias grafotécnicas	264
4.3.5.	Perícia contábil.....	265
4.3.6.	O indeferimento da perícia no processo do trabalho.....	265
4.4.	Prova técnica simplificada	269
4.5.	A escolha do perito	271
4.5.1.	Crítérios para nomeação de um perito	273
4.5.2.	Impugnação à nomeação do perito.....	274
4.6.	Prova pericial consensual.....	279
4.6.1.	Exigências legais para a ocorrência dessa perícia	281
4.6.2.	Procedimento para a implementação da perícia consensual.....	282
4.6.3.	Possibilidade de quesitação para essa perícia.....	283
4.6.4.	Honorários na prova pericial consensual.....	284
4.6.5.	Pontos positivos acerca da prova pericial consensual	284
4.6.6.	Aplicabilidade prática dessa prova pericial.....	285
4.6.6.1.	Exemplo prático 1: entrega do PPP	286
4.6.6.2.	Exemplo prático 2: insalubridade de menor complexidade	287
4.6.6.3.	Exemplo prático 3: resultado previsível da perícia	287
4.6.6.4.	Exemplo prático 4: doenças ocupacionais complexas	289
4.7.	Honorários periciais.....	290
4.7.1.	Honorários periciais prévios e o processo do trabalho	292
4.7.2.	Honorários periciais definitivos no processo do trabalho	296
4.8.	Quesitos apresentados pelas partes.....	298
4.8.1.	Momentos para apresentação de quesitos.....	300
4.8.1.1.	Como garantir a oitiva do perito em audiência	302
4.8.2.	Como elaborar quesitos de forma eficiente.....	304
4.8.2.1.	O agente	306
4.8.2.2.	A medição	307
4.8.2.3.	O tempo de exposição	308
4.8.2.4.	O método de análise	309
4.8.2.5.	A neutralização	310
4.8.2.6.	Fluxograma para a melhor identificação das etapas da quesitação.....	311
4.8.3.	Indeferimento de quesitos pelo juiz e limitação de quesitos.....	312
4.8.4.	Possibilidade de quesitação pelo juiz	314
4.8.5.	Prazos para quesitos e assistentes técnicos no processo do trabalho	316

4.9.	A importância do assistente técnico	319
4.9.1.	Indicação do assistente técnico: existem restrições?	320
4.9.2.	Parecer do assistente técnico: engenheiro de segurança x técnico de segurança	322
4.9.3.	Assistente técnico “não médico” em casos de doenças ocupacionais	322
4.10.	Perícia: um procedimento extremamente técnico	323
4.10.1.	Momento da perícia	324
4.10.2.	Perícia por carta precatória.....	327
4.10.3.	Perícias complexas.....	327
4.11.	Diligência pericial.....	330
4.11.1.	Notificação prévia da empresa	330
4.11.2.	Quem pode acompanhar a realização da perícia?.....	331
4.11.2.1.	O advogado e as periciais médicas.....	332
4.11.3.	Poderes do perito	334
4.11.4.	Deveres do perito: comparecimento ao local de trabalho.....	335
4.11.5.	Possibilidade de gravação da diligência pericial.....	336
4.12.	O laudo pericial e suas especificidades	336
4.12.1.	Prazo para apresentação do laudo pericial	337
4.12.2.	Prazo para juntada do parecer do assistente técnico.....	339
4.12.2.1.	Ainda sobre o prazo para apresentação de parecer do assistente técnico	342
4.12.3.	Preclusão do direito de apresentação do parecer e de impugnar o laudo pericial.....	343
4.12.4.	Conteúdo do laudo pericial.....	345
4.12.4.1.	Definição do objeto da perícia	346
4.12.4.2.	Análise técnica e científica.....	346
4.12.4.3.	Metodologia empregada.....	347
4.12.4.4.	Resposta aos quesitos formulados pelas partes e pelo juízo.....	348
4.12.4.5.	A Conclusão.....	349
4.12.4.6.	A linguagem do laudo pericial	350
4.12.5.	Limites impostos ao conteúdo do laudo pericial	350
4.13.	Impugnação ao laudo pericial.....	352
4.13.1.	As cinco técnicas de impugnação ao laudo pericial.....	354
4.13.1.1.	Primeira técnica: exigência de respostas conclusivas..	355
4.13.1.2.	Segunda técnica: manifestação precisa sobre o parecer	356
4.13.1.3.	Terceira técnica: a indicação do método utilizado	357
4.13.1.4.	Quarta técnica: a exigência de clareza e lógica no laudo	358

4.13.1.5. Quinta técnica: a adstrição ao objeto da perícia	358
4.14. Esclarecimentos do perito acerca do laudo pericial	359
4.14.1. E se houver divergência entre o laudo pericial e o parecer do assistente técnico?	360
4.15. O laudo pericial pode ser inconclusivo?	362
4.16. O que fazer se um laudo pericial for inconclusivo?	362
4.16.1. E se o laudo pericial for inconclusivo por limitações técnicas do perito?	363
4.17. Destituição e substituição do perito	365
4.17.1. Destituição do perito x substituição do perito	365
4.17.2. A substituição do perito	367
4.17.2.1. Por falta de conhecimento técnico ou de equipamentos necessários	368
4.17.2.2. Por descumprimento do encargo no prazo assinado	369
4.17.3. Honorários periciais em caso de destituição e substituição	370
4.18. Nova (ou segunda) perícia	370
4.18.1. Nova perícia ou segunda perícia?	371
4.18.2. Diferença entre nova perícia e complementação do laudo pericial	372
4.18.3. Como conseguir uma nova perícia?	374
4.18.3.1. Exemplo hipotético n. 1 – casos de concausa	375
4.18.3.2. Exemplo hipotético n. 2 – limitações nas explicações técnicas	376
4.18.3.3. Exemplo hipotético n. 3 – contradições no laudo	377
4.18.3.4. Exemplo hipotético n. 4 – nexó técnico epidemiológico previdenciário não analisado	378
4.18.4. Questões remanescentes sobre a nova perícia	378
4.18.4.1. Decisão de ofício para a realização da nova perícia e princípios aplicáveis	378
4.18.4.2. A nova perícia não substitui as perícias anteriores	380
4.18.4.3. Procedimento da nova perícia	380
4.19. Possibilidade de o juiz desconsiderar o laudo pericial	381

5

A PROVA DOCUMENTAL NO PROCESSO DO TRABALHO383

5.1. Aspectos introdutórios da prova documental	383
5.1.1. Uma noção de prova documental	383
5.1.2. Um comparativo entre o processo civil e o processo do trabalho	384
5.2. Conceitos clássicos sobre a temática da prova documental	388
5.2.1. Diferença entre documento e prova documental – a fonte da prova	388

5.2.2. Espécies de documentos	389
5.2.3. Prova substancial.....	392
5.2.4. A prova pré-constituída e o dever de guarda do empregador	393
5.3. Exibição incidental de documentos	396
5.3.1. Formalismo para a exibição incidental de documentos	398
5.3.2. Consequências processuais acerca da exibição de documentos.....	400
5.3.2.1. Escusa x recusa à exibição de documentos.....	400
5.3.2.2. Recibos de pagamento podem ser considerados documentos comuns?	403
5.3.2.3. Cartões de ponto podem ser considerados documentos comuns?	403
5.3.2.4. A recusa à exibição de documentos – exibição por terceiros	404
5.3.2.5. Desdobramentos em caso de apresentação de documentos idôneos	406
5.3.3. Casuística de documentos específicos no incidente de exibição de documentos.....	407
5.3.3.1. Quanto aos recibos de pagamento.....	407
5.3.3.2. Quanto aos controles de ponto.....	408
5.3.3.2.1. Os cartões de ponto não assinados são válidos? E o que são horários simétricos?.....	409
5.3.3.2.2. Controle de ponto eletrônico	410
5.3.3.3. Quanto às convenções e aos acordos coletivos de trabalho.....	412
5.3.3.4. Quanto ao termo de rescisão do contrato de trabalho.....	412
5.4. Força probante dos documentos.....	414
5.4.1. Regras básicas.....	415
5.4.2. As seis regras complementares.....	417
5.4.2.1. Autoria dos documentos	418
5.4.2.2. Autenticidade dos documentos	419
5.4.2.3. Indivisibilidade dos documentos.....	421
5.4.2.4. Força probante de declarações.....	423
5.4.2.5. A força probante das cópias e dos prints.....	425
5.4.2.6. A credibilidade de reproduções mecânicas ou digitalizadas	428
5.4.3. Como utilizar as provas mecânicas, digitalizadas e digitais em audiência	431
5.5. Momento da juntada de documentos pelo reclamante – petição inicial.....	433
5.5.1. Observações acerca da juntada tardia de documentos – a casuística	436
5.6. Momento da juntada de documentos pela reclamada – com a contestação.....	437
5.6.1. Observações a respeito da reconvenção.....	438

5.7.	A juntada de documentos com a réplica.....	439
5.8.	A necessidade de requerimento de juntada de documentos aos autos	440
5.9.	A contraprova	442
5.9.1.	A contraprova como direito fundamental	444
5.9.2.	A contraprova oral	444
5.9.3.	Preclusão para a juntada de contraprova documental	445
5.10.	Documentos novos.....	446
5.10.1.	Documentos novos de fatos antigos.....	447
5.10.2.	Documentos antigos com força probante de novos	448
5.11.	A guarda de trunfo e sua inadmissibilidade.....	449
5.12.	Prazos para a produção da prova documental.....	453
5.13.	Impugnação de documentos	457
5.13.1.	A inadmissibilidade da juntada	458
5.13.2.	A verificação de autenticidade.....	459
5.13.3.	A arguição de falsidade do documento.....	460
5.13.4.	O questionamento do conteúdo.....	461
5.13.5.	Inovações do CPC a respeito da matéria da falsidade documental	462
5.13.6.	Prazos para impugnação	463
5.14.	Arguição de falsidade documental	465
5.14.1.	Questões preliminares – o art. 427 do CPC.....	466
5.14.2.	Falsidade material x falsidade ideológica	467
5.14.2.1.	Falsidade material	468
5.14.2.2.	Falsidade ideológica	469
5.14.2.3.	A dicotomia entre vícios extrínsecos e vícios intrínsecos	472
5.14.3.	Prazos para suscitar o incidente de falsidade documental.....	473
5.14.3.1.	No processo civil	473
5.14.3.2.	No processo do trabalho	474
5.14.4.	Procedimento da arguição de falsidade documental	475
5.14.4.1.	Primeira etapa – a necessidade de uma arguição formal.....	475
5.14.4.2.	Segunda etapa – a necessidade de intimação da parte contrária.....	476
5.14.4.3.	Terceira etapa – a possibilidade de a parte contrária retirar o documento impugnado	477
5.14.4.4.	Quarta etapa – a perícia	478
5.14.5.	Ônus da prova na arguição de falsidade documental	478

6

MEIOS DE PROVA COMPLEMENTARES.....481

6.1.	Prova emprestada.....	481
------	-----------------------	-----

6.1.1.	Princípios que amparam a prova emprestada.....	483
6.1.2.	Exige-se a concordância da parte contrária?	484
6.1.3.	A observância do contraditório na prova emprestada	485
6.1.4.	Quais meios de prova admitem a prova emprestada?	489
6.1.5.	Natureza jurídica da prova emprestada.....	490
6.1.6.	Quais os efeitos jurídicos da prova emprestada?	491
6.1.7.	Contra quem a prova emprestada pode ser usada?.....	493
6.1.7.1.	Entre as mesmas partes do processo originário?.....	493
6.1.7.2.	Contra a parte que participou do processo anterior? ...	494
6.1.7.3.	Contra quem não participou do processo originário	495
6.1.8.	E se o juiz deferir o requerimento de juntada da prova emprestada?	498
6.1.9.	O direito à contraprova na prova emprestada	500
6.1.10.	Ônus da prova na prova emprestada	501
6.1.11.	Qual o momento ideal para a juntada da prova emprestada? ..	503
6.1.12.	Valoração: prova emprestada x prova direta.....	504
6.1.13.	Outras questões relacionadas à prova emprestada	506
6.1.13.1.	Prova emprestada originária de processos em segredo de justiça	506
6.1.13.2.	Em caso de depoimento do atual reclamante, como testemunha, no processo originário.....	507
6.1.13.3.	Prova emprestada de processo originário ainda não julgado.....	507
6.1.13.4.	Prova emprestada x subsídio para o julgamento.....	508
6.2.	Inspeção judicial	509
6.2.1.	Situações nas quais a inspeção judicial é admitida	511
6.2.2.	Seria a inspeção judicial um ativismo do Judiciário?	512
6.2.3.	A observância do contraditório na inspeção judicial	513
6.2.4.	As partes na inspeção judicial.....	514
6.2.4.1.	As partes têm direito à inspeção judicial?	514
6.2.4.2.	Qual o papel do advogado na inspeção judicial?.....	515
6.2.5.	O auto circunstanciado da inspeção judicial	516
6.2.6.	A inspeção judicial como prova emprestada.....	516
6.2.7.	Inspeção judicial realizada por oficial de justiça	517
6.2.8.	Exemplos práticos de inspeção judicial	518
6.2.8.1.	Primeiro exemplo prático – do cartão “extra”	518
6.2.8.2.	Segundo exemplo prático – do banheiro sem condições de uso	519
6.2.8.3.	Terceiro exemplo prático – dos relatórios de portaria	520
6.2.8.4.	Quarto exemplo prático – do cachorro como “testemunha”	521

6.2.8.5. Quinto exemplo prático – inspeção quando há casos repetitivos	522
6.3. Presunções e máximas de experiência	523
6.3.1. Aspectos introdutórios destes dois meios de prova	523
6.3.2. Presunções – a técnica da constelação de indícios	525
6.3.2.1. Presunção comum e presunção legal ou jurídica	528
6.3.2.2. Presunções do direito material e suas irradiações no processo do trabalho	531
6.3.3. Máximas de experiência	540
6.4. Ata notarial	544
6.4.1. Admite-se prova contrária à ata notarial?	547
6.4.2. Situações em que a ata notarial é importante como meio de prova	548
6.4.3. Exemplos práticos envolvendo ata notarial	550
6.5. Documentos eletrônicos	551

7

PROVAS DIGITAIS: POR UMA TEORIA GERAL.....553

7.1. Considerações iniciais sobre a prova digital	553
7.2. O que é uma prova digital: caracterização e desdobramentos	556
7.2.1. Provas digitais de primeiro grau x provas digitais de segundo grau	557
7.2.2. Fatos que ocorrem em meios digitais e podem configurar ilícitos	560
7.2.3. A problemática da geolocalização	565
7.3. A natureza jurídica das provas digitais	569
7.3.1. A prova digital como prova documental <i>lato sensu</i>	569
7.3.2. A prova digital como um novo meio (atípico) de prova	574
7.4. Registros audiovisuais e as provas digitais	577
7.5. Requisitos de validade da prova digital	579
7.5.1. A autenticidade da prova digital	582
7.5.2. A integridade da prova digital	585
7.5.2.1. O uso do sistema Verifact e do código hash	586
7.5.2.2. As questões relacionadas aos interlocutores	590
7.5.2.3. A adulteração anterior ao uso das ferramentas	592
7.5.2.3.1. A extração do banco de dados do arquivo	592
7.5.2.3.2. A realização de perícia	593
7.5.3. O requisito da preservação da cadeia de custódia	595
7.6. O ônus da prova em matéria de provas digitais	600
7.6.1. Teorias que poderão ser úteis nessa temática	602
7.6.1.1. Distribuição dinâmica do ônus da prova em matéria de prova digital	603

7.6.1.2. A inversão do ônus da prova em matéria de provas digitais	606
7.6.1.3. Atribuição à parte que tem maior interesse no convencimento do juiz	609
7.6.1.4. Atribuição do ônus da prova com base na teoria da aparência	611
7.6.1.5. Atribuição desse ônus com fundamento no princípio da cooperação	612
7.6.2. Como se desincumbir desse ônus da prova?	613
7.6.3. A declaração de autenticidade da prova digital por parte do advogado	617
7.6.4. A obrigatoriedade de a parte cumprir a ordem de exibir a prova digital	618

8

A PROVA ORAL NO PROCESSO DO TRABALHO621

8.1. Técnicas gerais na produção da prova oral	623
8.1.1. O amplo poder instrutório do juiz do trabalho.....	623
8.1.2. Aplicação das regras do rito sumaríssimo no processo de rito ordinário.....	625
8.1.3. Provas excessivas, impertinentes ou protelatórias.....	628
8.1.4. Inversão da ordem dos depoimentos e a ordem lógica na produção das provas	629
8.1.5. O aparte do advogado e a interferência no trabalho do juiz	632
8.1.6. Transcrição dos depoimentos e das perguntas indeferidas na ata de audiência	633
8.1.7. O juiz e a coleta de fatos periféricos	636
8.2. Técnicas especiais para a formulação de perguntas	638
8.2.1. Como o advogado deve formular as perguntas	638
8.2.2. Técnicas avançadas na formulação das perguntas	641
8.2.2.1. A técnica do interrogatório direto	642
8.2.2.2. A técnica do contrainterrogatório.....	643
8.2.2.3. Evitar perguntas indutivas, impertinentes ou repetitivas.....	644

9

DEPOIMENTO PESSOAL E INTERROGATÓRIO.....647

9.1. Depoimento pessoal x interrogatório	647
9.2. Depoimento pessoal e princípio do contraditório	649
9.3. Incomunicabilidade dos depoentes	654
9.4. Técnicas de perguntação durante o depoimento pessoal	656
9.5. Escusa x recusa a depoimento.....	659
9.6. Depoimento pessoal por precatória ou videoconferência	661

10**CONFISSÃO REAL E CONFISSÃO FICTA665**

- 10.1. Conceito e natureza jurídica da confissão.....665
- 10.2. Espécies de confissão.....667
- 10.3. Confissão real667
 - 10.3.1. Efeitos da confissão real.....669
 - 10.3.2. Indivisibilidade da confissão.....672
 - 10.3.3. Outras questões na temática da confissão: anulação.....673
- 10.4. Confissão ficta.....675
 - 10.4.1. Efeitos da confissão ficta677
 - 10.4.2. Desconhecimento dos fatos pelo preposto.....680
 - 10.4.3. Outras questões relacionadas à confissão ficta681
 - 10.4.4. Confissão ficta no litisconsórcio e do ente público.....685
 - 10.4.5. Ausência de ambas as partes: presença só do advogado686

11**PROVA TESTEMUNHAL689**

- 11.1. Conceito e importância: prova sensorial.....689
- 11.2. Admissibilidade da prova testemunhal.....691
 - 11.2.1. Questões práticas sobre essa admissibilidade693
 - 11.2.2. Questões relacionadas às presunções.....695
- 11.3. Rol e número máximo de testemunhas697
- 11.4. Outras questões práticas a respeito da prova testemunhal.....700
 - 11.4.1. Substituição de testemunha.....702
 - 11.4.2. O juiz arrolado como testemunha703
 - 11.4.3. Oitiva de testemunhas por precatória ou videoconferência704
- 11.5. Comparecimento e intimação das testemunhas.....708
 - 11.5.1. Intimação pelo advogado.....711
 - 11.5.2. Comprovação do convite ou da intimação.....713
 - 11.5.3. Intimação pelo juízo713
 - 11.5.4. Condução coercitiva das testemunhas715
- 11.6. Dever legal de testemunhar: um serviço público716
- 11.7. Recusa x escusa ao depoimento testemunhal.....718
- 11.8. A garantia de indenidade à testemunha720
- 11.9. Despesas de comparecimento.....724
- 11.10. Produção da prova testemunhal.....726
 - 11.10.1. Gravação e transcrição dos depoimentos testemunhais.....726
 - 11.10.2. Ordem dos depoimentos e adiamento da audiência.....730
 - 11.10.3. Qualificação das testemunhas – quem pode ser?732
 - 11.10.4. Contradita de testemunha735
 - 11.10.4.1. Contradita por incapacidade736

11.10.4.2. Contradita por impedimento	741
11.10.4.3. Contradita por suspeição	745
11.10.4.4. Testemunha que possui ação em face do reclamado	748
11.10.4.5. Momento adequado para a contradita	750
11.10.4.6. Produção de prova na contradita	753
11.10.5. Compromisso legal	756
11.10.6. Inquirição e reinquirição das testemunhas	757
11.10.6.1. Técnicas de inquirição e reinquirição	761
11.10.6.2. O que (não) perguntar à testemunha?	764
11.10.7. Incomunicabilidade das testemunhas	767
11.10.8. Registro do depoimento das testemunhas	769
11.10.9. Testemunha referida e acareação de testemunhas – a prova “dividida”	770
11.10.10. Valoração da prova testemunhal	777
11.10.11. Penalidades à testemunha mentirosa	780
11.10.11.1. Caracterização do falso testemunho	784
11.10.11.2. Prisão da testemunha	786
REFERÊNCIAS	787